



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

Apresentação: 28/03/2023 10:41:14.730 - CDHMIR

REQ n.30/2023

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO n.º _____, de 2023

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer aprovação de moção de solidariedade ao servidor público do ICMBio, Manoel Silva da Cunha, ambientalista, extrativista e gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, no Amazonas.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada Moção de Solidariedade ao servidor público Manoel Silva da Cunha, ambientalista, extrativista e gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, no estado do Amazonas, em razão de perseguições e ameaças que vem sofrendo de pessoas ligadas ao garimpo ilegal após uma operação do Ibama e da Polícia Federal com o apoio do ICMBio e Polícia Militar do Amazonas, em novembro de 2022, na região localizada entre os municípios de Carauari e Itamarati, nos seguintes termos:

“A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados presta sua solidariedade ao Sr. Manoel Silva da Cunha, servidor público do ICMBio, que vem sofrendo perseguições e constantes ameaças a sua integridade física após a deflagração de uma



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236743138300>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

operação realizada pelo Ibama e da Polícia Federal com o apoio do ICMBio e Polícia Militar do Amazonas, que culminou na apreensão de equipamentos utilizados para a extração de ouro praticada no âmbito do garimpo ilegal. É a presente Moção de Solidariedade para que o servidor receba o apoio da Câmara Federal e tenha a segurança de que estaremos acompanhando a apuração e desdobramentos necessários à responsabilização dessas perseguições e ameaças.”

JUSTIFICAÇÃO

O servidor público do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Sr. Manoel Silva da Cunha, assim como organizações ambientais e comunitárias da região localizada entre os municípios de Carauari e Itamarati, no estado do Amazonas, vinham denunciando atividades de garimpo ilegal de ouro há meses naquela região.

No dia 17 de novembro de 2022, foi realizada, no município de Itamarati/AM, uma operação da Polícia Federal e IBAMA com o apoio do ICMBio e Polícia Militar do Amazonas em razão de denúncias realizadas pelo MPF relacionadas à prática de garimpo ilegal no rio Juruá. O ilícito foi confirmado em flagrante, momento em que foram apreendidos motores, sistema de comunicação via rádio, rede de internet via satélite, cerca de trinta mil litros de combustível e ferramentas usadas para extração ilegal de ouro.

Durante a operação, uma balsa garimpeira foi queimada e um bote completo (com motor 250 Hp) foi apreendido¹. A partir dessa operação, o gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, Sr. Manoel Silva da Cunha, vem recebendo ameaças à sua vida e de seus familiares. Segundo relatos, quatro

¹ Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/11/policia-federal-destroi-balsa-destinada-ao-garimpo-ilegal-e-apreende-uma-lacha-de-propriedade-de-garimpeiros-no-amazonas> Acesso em 27 de março de 2023.



* C D 2 3 6 7 4 3 1 3 8 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

homens encapuzados interrogaram moradores da comunidade ao longo da calha do rio Juruá, indagando o paradeiro do servidor e de sua família.

Importante a contextualização sobre o Sr. Manoel Silva da Cunha: ele é morador de Carauari, gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá, participou ativamente da articulação que criou Unidades de Conservação em Carauari e no Amazonas, integrou o Movimento de Educação de Base – MEB, foi presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS e tem uma atuação consolidada na defesa de direitos dos povos da floresta e conservação ambiental.

Em que pese membros do Fórum Território Médio Juruá² estarem coletivamente atuando para garantir a segurança do servidor, mostra-se fundamental que esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial pronuncie-se a respeito desse caso, mediante a aprovação da presente moção de solidariedade ao Sr. Manoel Cunha em razão da perseguição e ameaças que ele vem sofrendo pelo simples fato de cumprir as funções inerentes ao seu cargo.

Sala das Reuniões, em 24 de março de 2023.

Deputada SÂMIA BOMFIM

PSOL/SP

² O Fórum Território Médio Juruá (TMJ) é uma instituição sem personalidade jurídica, criada em 2014, composta por organizações públicas e privadas que atuam Território Médio Juruá, no estado do Amazonas, comprometida com a garantia da conservação e com o desenvolvimento sustentável da referida região.



* C D 2 3 6 7 4 3 1 3 8 3 0 0 *